



Movimentos, mediações e Estado: apontamentos sobre a luta pela terra no Brasil na segunda metade do século XX

Arnaldo José Zangelmi

Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto
arnaldozan@yahoo.com.br

Fabrcio Roberto Costa Oliveira

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa

Izabella Fátima Oliveira de Sales

Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica/MG

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer uma análise do processo de luta pela terra no Brasil, especialmente no que se refere à constituição de relações de interdependência entre trabalhadores rurais, militantes de movimentos/organizações sociais e Estado, na segunda metade do século XX, contexto em que as ocupações de terra e formação de acampamentos se tornaram elementos centrais na militância pela reforma agrária, criando espaço de interlocução com o poder público. Assim, a base de trabalhadores, os movimentos e o poder público se alimentaram mutuamente nessas relações e só podem ser compreendidos em relação, ou seja, pela sua posição no conjunto de papéis inter-relacionados que conformou o processo de luta pela terra em várias regiões do Brasil.

Palavras-chave: Movimentos sociais, trabalhadores rurais, Estado, reforma agrária, mediações políticas.

Introdução

As ações de luta pela terra no Brasil se transformaram substancialmente nas últimas décadas do século XX, contexto em que surgiram novos atores e as formas de mobilização foram redimensionadas, ganhando abrangência, visibilidade e ampliando as possibilidades de interlocução com o poder público.

Destaca-se, nesse processo, a massificação das ocupações de terra e a formação de acampamentos, que se tornaram mobilizações centrais na constituição de relações de interdependência entre trabalhadores rurais de várias regiões do Brasil, militantes de organizações e movimentos sociais que atuaram na luta pela terra e várias instâncias do Estado.

Assim, o presente texto pretende discutir algumas questões concernentes ao processo de luta pela terra no Brasil, buscando identificar suas permanências e transformações, assim como os principais atores, formas de mobilização e consequências para a constituição de novas relações entre grupos mobilizados politicamente e representantes governamentais.

Dessa forma, com base na bibliografia sobre o assunto, buscamos realizar uma discussão abrangente, abordando desde os conflitos anteriores ao Golpe de 1964 até parte do processo de criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Sul do Brasil, as migrações de militantes sulistas dessa organização para outras regiões, a constituição de suas relações com outros atores em vários estados e a generalização de certas formas de luta nesses contextos.

Apontamentos sobre a luta pela terra no Brasil

Apesar da existência anterior de conflitos com caráter isolado, apenas a partir da década de 1950 a luta pela terra no Brasil adquire maior unidade e visibilidade, em torno da bandeira de luta pela reforma agrária. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), as Ligas Camponesas e alguns setores da Igreja Católica foram atores fundamentais nesse processo inicial, cada um com uma concepção diferente sobre seus rumos (Medeiros, 2003).

Cada um desses atores, à sua maneira, desenvolveu estratégias de mobilização visando o redimensionamento da estrutura fundiária e das condições de vida no campo, disputando a organização das classes populares e o processo de sindicalização (Novaes, 1997). Essas foram mediações centrais para a publicização da luta por terras, construindo novos sentidos, inserindo-a em projetos sociais e políticos mais amplos.

Nesse processo, destaca-se a constituição da identidade de *camponês*, conferindo unidade e abrangência política para as mobilizações dos trabalhadores rurais, em oposição aos *latifundiários*. Segundo Novaes (1997), a identidade de camponês reuniu várias denominações – morador, colono, caboclo, lavrador – conferindo unidade política aos trabalhadores rurais politicamente mobilizados.

No mesmo processo, como identidade oposta, “a ideia de *latifúndio* englobava unidades de produção bastante diferenciadas entre si: as usinas, os engenhos, os plantios de agave, as fazendas de gado, propriedades inexploradas ou semi-exploradas por seus proprietários, terras do Estado” (Novaes, 1997, p. 49). Assim:

O latifúndio a que se opunham não era uma propriedade agrícola com tais e quais características. O latifúndio – quase como um emblema mítico – sintetizava um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais respaldados pelo poder local. (Novaes, 1997, p. 51).

Destaca-se, nesse processo, a realização, em 1961, do Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, momento no qual a reforma agrária ampliou consideravelmente sua importância na cena pública. Esse Congresso, envolto nos debates sobre a radicalidade e a legalidade da luta pela terra, explicitou as disputas entre os vários grupos que buscavam representar os camponeses. A partir desse momento, são intensificadas as resistências e ocupações de terra e suas inserções na cena pública (Medeiros, 2007).

Após 1964, essas forças foram fortemente combatidas pelo Estado brasileiro que, inclusive, em muitas situações criou condições para aumentar a concentração fundiária. Apesar do surgimento de novas estratégias de luta durante o regime militar (Palmeira, 2009), diante da forte repressão, esse foi um período de dispersão e atomização das lutas no campo. Essas ações passaram a ocorrer de forma mais isolada, com poucas e incipientes mediações.

A partir do final dos anos de 1970 e início de 1980 houve um revigoramento da luta pela terra, em convergência com o processo de redemocratização do País, que potencializou a ação de grupos políticos que estavam “sufocados” pelo Regime Militar. Nesse novo contexto político, surgiram novos agentes, novas demandas e novas formas de enfrentamento. Assim, com o esgotamento da lógica econômica vigente e o desenvolvimento de mobilizações e manifestações populares, surgiram novos atores e estratégias de luta pela terra (Martins, 2004).

Ocorreram transformações importantes nas ações de luta pela terra no Brasil no período de redemocratização, especialmente no que se refere às relações entre atores diante das ocupações de terra realizadas a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, seus novos significados e desdobramentos.

A *forma acampamento* (Sigaud, 2000) apresentou-se como inflexão nos processos de luta pela terra, ou seja, uma forma de enfrentamento que fortaleceu as possibilidades de interação com o poder público, redimensionou práticas de vários movimentos e organizações no meio rural, relacionando-se com o surgimento de novas identidades políticas.

Como afirma Sigaud (2005), “ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil” (p. 255). Essas “ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado” (p. 256). Assim, a autora salienta que se trata de uma forma social, a *forma acampamento* (Sigaud, 2000). Trata-se de “uma linguagem, um modo de fazer afirmações por meio de atos, destinada

a fundar pretensões à legitimidade” (Sigaud; Rosa; Macedo, 2008).

Os conflitos pela terra que ocorreram antes de 1964 tinham um sentido diferente dos atuais. Na sua maior parte, eram resistências e reocupações de terra – de posseiros, foreiros e arrendatários – em nome do direito pelo uso e trabalho na terra ao longo dos anos. Nas décadas de 1950 e 1960, setores de esquerda, como o PCB, já vinham “traduzindo carências e demandas dispersas nos termos de processos sociais mais amplos (‘revolução’, ‘reforma agrária’, ‘direitos’), tirando, assim, os conflitos da esfera local e articulando-os ao debate sobre os destinos da nação” (Medeiros, 2007, p. 230).

Esses atores estavam unificando as demandas, constituindo a identificação de “camponeses”, em contraste com a de “latifundiários”, ambas identidades políticas forjadas nas mediações sobre os processos de enfrentamento, que visavam mobilizar os trabalhadores rurais e conquistar a opinião pública. Assim, através de denúncias de violências e despejos, passeatas, greves, divulgação de resistências e ocupações, esses atores chegam à cena pública, quebrando a imagem de homogeneidade e harmonia no espaço rural, que predominava até então. Nesse sentido, ao dar maior publicidade aos conflitos, caminhou-se no sentido de quebrar o isolamento, construir alianças e situar o Estado como interlocutor (Medeiros, 2007).

No processo de redemocratização recente do Brasil ocorreram transformações importantes nas ações de luta pela terra, principalmente pela generalização do acampamento como mecanismo de interação com a opinião pública e o Estado. Assim, pode-se dizer que esse momento significou tanto mudanças quanto continuidades com relação às ações de luta pela terra.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980 vêm à tona massivamente novos atores, os chamados “sem-terra” que, diferentemente dos posseiros, não baseavam suas lutas em vínculos de direito tradicional com terras determinadas.¹ Esses atores, muitas vezes mobilizados em novas organizações, constituíram formas de luta nas quais a formação de acampamentos ganhou centralidade.

Parte da Igreja Católica, em especial a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que apoiou oficialmente o Golpe Militar em 1964, passou, a partir de 1968, a interpelar o Regime Militar em face do acirramento do controle sobre a sociedade civil,

advindo do Ato Institucional nº 5 (AI5), e das novas diretrizes internacionais, cujo Concílio Vaticano II teve caráter emblemático (Novaes, 1997).

Nesse contexto, definindo sua “opção preferencial pelos pobres”, vários grupos eclesiais – como a CNBB – passaram a apoiar e incentivar formas de organização populares. Um exemplo são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que, articulando elementos religiosos e políticos em grupos de reflexão, deram impulso fundamental para as mobilizações de trabalhadores rurais nas décadas de 1970 e 1980.

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, foi momento relevante no fortalecimento das lutas existentes – como no apoio às lutas de posseiros – e na criação de alternativas na luta pela terra. Essa organização atuou significativamente na organização e mobilização de trabalhadores rurais, principalmente por meio de grupos de reflexão sobre as injustiças sociais, entre elas a concentração fundiária brasileira.

A CPT – em parte seguindo a tradição de atuação progressista de setores da Igreja Católica – foi importante “instrumento na promoção de justiça social e direitos humanos no campo” (Poletto, 2010, p. 138). Inserida numa longa trajetória de lutas, essa organização surge ligada pastoralmente à CNBB, mas com autonomia organizativa, e teve como algumas de suas principais atuações a defesa da “função social da terra”, como fora regulamentada pelo Estatuto da Terra, referência legal que norteava a ação de várias organizações no campo.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), criada em 1963 – mesmo tendo fortes limites organizativos impostos pelo regime militar –, foi interlocutora importante entre trabalhadores e Estado, articulou os sindicatos que existiam e, gradativamente, ao longo dos anos de 1970 e 1980, foi espaço de denúncia e resistência importante, dando base para as futuras lutas pela democracia e para os novos conflitos no campo.

O relativo vínculo de dependência dessa organização ao Estado – que buscava tutelar grande parte de suas ações, limitando suas possibilidades de enfrentamento – garantiu também aos sindicatos estabilidade financeira e acesso direto à população, elementos muito importantes posteriormente.² Isso possibilitou a criação de uma larga estrutura física e administrativa que, com a posterior abertura política e o surgimento de novos grupos mobilizados, contribuiu muito na or-

1. Cabe salientar que o surgimento da figura do “sem-terra” é anterior a esse processo. O *Master* (Movimento dos Agricultores Sem Terra) se desenvolveu no Rio Grande do Sul do final dos anos de 1950 a meados dos anos de 1960, com forte ligação com lideranças do Partido Trabalhista (PTB) e do Partido Comunista (PCB), realizando ocupações de terra e pressionando o poder público pela reforma agrária. Em algumas análises esse movimento é considerado um *embrião* do MST (Coronel; Ilha; Leonardi, 2009).

2. Apesar de essa suposta tutela ser recorrentemente reforçada pela bibliografia disponível sobre o assunto, cabe ressaltar a necessidade de estudos que demonstrem outros aspectos na atuação dessa organização, dada a sua complexidade.

ganização da luta pela terra a partir da década de 1980 (Ferreira Neto; Doula, 2003).

No final dos anos de 1970 e início de 1980 tornaram-se mais visíveis oposições à atuação da Contag, configurando uma série de disputas no interior do movimento sindical. Esse “novo sindicalismo” se colocava contra o atrelamento do movimento sindical ao Estado, criticando o que entendiam ser uma inquestionada adequação aos caminhos institucionais disponibilizados, sem autonomia. Muitas vezes, essa postura era caracterizada como subserviência e “peleguismo” diante do *status quo*.

A atuação da Contag foi defrontada também com a emergência de novos e variados conflitos de trabalhadores rurais, movimentos sociais e políticas públicas voltadas para essas mobilizações emergentes, que extrapolavam os limites das formas de organização desenvolvidas pela Confederação, centradas nas greves de assalariados. Dessa forma, essas novas forças demandavam uma atuação sindical mais plural, atenta a variedade de situações específicas dos trabalhadores rurais.

Essas ideias foram sendo consolidadas em vários encontros no início dos anos de 1980. Alguns aspectos fundamentais se referem à relevância da articulação das lutas entre campo e cidade e a defesa de uma reforma agrária radical, sob controle dos trabalhadores (Costa, 2007), em contraste com a perspectiva de reforma agrária advinda da iniciativa estatal e pautada no espaço institucional previamente definido, marcas da atuação sindical questionada. Em grande medida, essas dissidências no movimento sindical, assim como seus reflexos institucionais, deram origem a novas organizações, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).³

No ano de 1984, em meio ao intenso processo de lutas pela redemocratização do País, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em Cascavel (PR), no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Apesar de oficialmente ter sido fundado nesse momento, segundo Fernandes (2010), seu surgimento remonta às primeiras ocupações de terra organizadas a partir de 1979 no Sul do Brasil; ações que, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), incitaram o processo de criação de um novo movimento:

A partir desse ano (1979), nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul houve ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros, arrendatários e outros campo-

neses que sofriam a expulsão das terras onde trabalhavam. (Fernandes, 2010, p. 165).

Assim, com o respaldo da CPT para essas mobilizações e para a realização de encontros visando discussão e união entre as várias forças em ascensão, como as oposições sindicais, o MST foi sendo constituído. As novas lideranças do MST, geralmente advindas de grupos organizados da Igreja Católica, desenvolveram nesse processo metodologias de mobilização baseadas em princípios que se tornaram emblemáticos e pontos de apoio na expansão nacional. Essa expansão, a partir de meados da década de 1980, levou ao redimensionamento das formas habituais de luta pela terra nas complexas interações entre esses militantes e os vários atores com os quais se relacionaram em cada contexto específico. Assim:

o surgimento e a difusão do MST, ao longo dos anos 1980, representou não somente a continuidade e mesmo o aprofundamento de certas características presentes nas demais organizações, mas também o estabelecimento de novas diretrizes de ação, principalmente no plano organizativo e no da constituição de instituições intermediárias, fundamentais para a interligação entre a formulação geral de demandas e a construção política de demandantes, beneficiários imediatos dos processos de redistribuição de terra. (Bergamasco; Norder, 2008, p. 45-46).

Segundo Poletto (2010), a atuação da CPT foi fundamental para a criação do MST, formando parte de seus primeiros quadros, bases organizativas, e contribuindo em sua nacionalização. No entanto, conforme o MST ganhou contornos próprios ao longo do tempo, essa relação se tornou mais tensa. Assim:

com o passar do tempo o MST foi forjando a sua autonomia, definindo seu rumo, suas estratégias e formas de se organizar. Muitas pessoas da CPT tiveram dificuldades para acompanhar com liberdade, alegria e espírito crítico esse crescimento. Houve tensões, algumas revelando dificuldades da CPT no sentido de redefinir a sua presença e forma de trabalhar junto ao Movimento; outras revelando momentos de certa estreiteza e imaturidade política do MST, principalmente nos seus primórdios. O importante, contudo, é que tanto o MST como a CPT continuam presentes na realidade atual, somando forças e iniciativas conjuntas, respeitando-se como instâncias organizativas diferentes. (Poletto, 2010, p. 153).

3. O segmento rural teve participação importante no PT e na CUT, compondo seus quadros e direcionando parte significativa de suas mobilizações. Destaca-se a constituição da reforma agrária como uma das grandes bandeiras dessas organizações, sendo as ocupações de terras consideradas como estratégias legítimas de pressão sobre o poder público.

O processo de nacionalização do MST foi analisado por Lerrer (2008) pelo viés do estudo das trajetórias de alguns militantes sulistas que buscaram a expansão do Movimento para o Nordeste. Nessas primeiras ações, jovens formados na Igreja progressista e oposições sindicais à Contag se deslocaram para vários estados do Nordeste, visando expandir a metodologia de ação do novo movimento.

Nesse início de nacionalização, esses militantes geralmente se estabeleceram em locais nos quais existiam certo trabalho de base prévio e contatos que possibilitaram o estabelecimento de alianças com outras organizações, o que em grande medida foi articulado por meio de vários encontros pelo Brasil.

Assim, antes de começar a fazer ocupações nessas regiões, esses militantes passaram pelo processo de convencimento das lideranças locais, geralmente organizados em igrejas e sindicatos, ganhando gradualmente confiança, mas também gerando tensões no que se refere às disputas pela representação dos trabalhadores rurais. Outros movimentos, contudo, incorporaram parte da metodologia do MST nesse processo, passando a fazer ocupações no seu formato.

Segundo Lerrer (2008), os primeiros militantes que migraram para o Nordeste, em meados da década de 1980, tinham forte percepção da militância como “devoção”, um “espírito de serviço” à coletividade, e estavam fortemente influenciados pelos valores missionários da Igreja Católica. Assim, advindos principalmente de Santa Catarina, essa primeira geração de jovens militantes migrou com intenção de passar longo tempo nas novas regiões, e muitos nelas se fixaram definitivamente.

Esses primeiros militantes do MST a migrarem para o Nordeste – apesar de se estabelecerem em lugares diferentes, em vários estados da região – formavam um “núcleo” calcado nas redes de sociabilidades que traziam do Sul. Eram pessoas que já se conheciam, em grupos organizados principalmente na Igreja, e tinham relações de confiança e companheirismo que os estimulavam a fazer esse trabalho e contribuía para a integração nas ações de mobilização nesse novo contexto.

De acordo com Lerrer (2008), a partir do final dos anos de 1980, os militantes do MST que se deslocavam para o Nordeste passaram a ser provenientes de várias regiões do Brasil e a ter permanências mais curtas nessas regiões, geralmente sem o objetivo de se fixar.

Nesse momento, os objetivos principais deixaram de ser a implantação e construção de alianças – o que continuava sendo importante – para se direcio-

narem mais para a produtividade nos assentamentos e formação de novos militantes nos vários estados. Assim, o MST estabeleceu fortes vínculos com os assentamentos, com relação aos aspectos econômicos, organizativos, políticos e simbólicos, o que se tornou uma marca desse movimento.

Ondetti, Wambergue e Afonso (2010), discutindo as tentativas de expansão do MST para algumas regiões no Pará, também demonstram como nessa trajetória esse movimento se deparou com outros grupos organizados, tendo, assim, como grandes desafios o estabelecimento de alianças e a diferenciação diante desses grupos, buscando criar espaços específicos de atuação. Nessas relações, estavam em jogo intensas disputas pela representação dos trabalhadores rurais.

Muitos desses grupos e o MST se viam como concorrentes. O MST tinha uma metodologia diferente da tradicional, o que em muitos casos foi entendido como ameaça aos trabalhos que vinham sendo construídos. Nessa região, principalmente no Sudeste do Pará, havia grande tradição de luta de posseiros – organizados em sindicatos e grupos da Igreja muito combativos – contra grileiros abastados, o que em certa medida ajuda a explicar a pouca e tardia entrada do MST em ocupações no estado. Todavia, apesar das poucas ocupações de terra na região, o MST teve muita influência nos processos de luta pela terra nesses contextos, pois, segundo Ondetti, Wambergue e Afonso (2010), esse movimento desencadeou mudanças significativas nas estratégias de mobilização.

As formas de organização e táticas de enfrentamento se transformaram, caminhando cada vez mais no sentido das ocupações voltadas para a interação com o Estado através dos acampamentos, para a interação com a mídia e protesto público. Também o MST teve papel fundamental na pressão sobre o Governo Federal para a reforma agrária na região. Segundo os autores, essas transformações contribuíram para a mudança na principal denominação que identificava, em diversos contextos, os trabalhadores rurais mobilizados politicamente, de *posseiros* para *sem-terra*, o que remete à formação de novas identidades políticas nesse processo, mudança fortemente influenciada pela atuação do MST na região.⁴

Assim, segundo Ondetti, Wambergue e Afonso (2010), as ações antes geralmente calcadas na luta local por terras específicas – com significação fortemente voltada para as relações de poder locais, de caráter mais violento e direto – passaram a se articular mais em torno de mobilizações que são cada vez mais pensadas visando à pressão e interação com o poder público, bem como a formação de redes de alianças e con-

4. Também é importante atentar, buscando compreender a complexidade desse contexto, para as fortes mudanças na região, como, por exemplo, o surgimento de um novo público a ser mobilizado.

quista de apoio da opinião pública. Nesse sentido, as ações, antes com sentido mais de enfrentamento local, passam a ser concebidas como mobilizações em torno de bandeiras mais amplas, como a da reforma agrária.⁵

Rosa (2009), numa perspectiva aproximada, demonstra como, nas últimas décadas, o processo de luta pela terra foi pautado pela ligação intensa entre Estado, movimentos e acampamentos, enquanto elementos indissociáveis. Ao analisar o caso de Pernambuco, esse autor demonstra as dificuldades que o MST, inicialmente isolado, teve para se estabelecer como interlocutor junto ao governo de Miguel Arraes, que por muito tempo negou a legitimidade desse movimento como representante dos trabalhadores rurais, não aceitando negociar.⁶

Como afirma Rosa (2009), apenas na década de 1990 – já em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e interlocução mais fluente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – o MST e suas ocupações em Pernambuco passam a ser reconhecidas pelo Estado e o estabelecimento de acampamentos como espaço de criação de canais de negociação se generaliza.

A ligação com a legitimidade dos sindicatos junto ao governo – legitimidade de representação dos trabalhadores que antecede a chegada do MST – foi fundamental para esse novo movimento se inserir e redimensionar as relações com o Estado, situando os acampamentos como elementos centrais de pressão pela reforma agrária. Assim, como demonstra Rosa (2009), foi reconfigurada parte das relações em que a base de trabalhadores rurais adquiria visibilidade para suas demandas, quando organizada nesse movimento, com novas formas de interlocução com o Estado.

As lideranças dos movimentos, por sua vez, fortaleceram sua legitimidade de representação na mediação de certas ações concretas – como as ocupações de terra e protestos públicos – sendo, por meio dessas ações, reconhecidas pelo Estado como interlocutoras. Nessas relações, o Estado passou a reconhecer os acampamentos como indicadores mais delimitados de situações-problema a serem resolvidas, direcionando políticas públicas para esses contextos, legitimando essas mobilizações e, em certa medida, incentivando sua reprodução.

Houve, assim, a institucionalização de uma forma específica de conflito, de construção da legitimidade das mobilizações, organizações e políticas públicas. Essa nova linguagem se generalizou, tornando-se base para várias ações, que incorporam a lógica das ocupações (Rosa, 2009).

Os trabalhos de Sigaud (2000, 2009) são extremamente representativos no que se refere a essas questões. Falando também de Pernambuco, mas lançando luz sobre grande parte da luta pela terra no Brasil desse período, a autora analisa profundamente essas relações de interdependência (Elias; Scotson, 2000) entre os vários atores envolvidos. Segundo a autora, “o Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos movimentos (...), ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que se encontram nos acampamentos” (Sigaud, 2009, p. 53).

Como afirma a autora, a partir do final da década de 1970, a “forma acampamento”, com suas técnicas e rituais específicos, se torna o meio mais representativo para demandar terra, desencadeando a criação de inúmeros assentamentos pelo Brasil.

Apesar da “retórica belicosa” (Sigaud, 2009, p. 67) no espaço público entre Estado e representantes de movimentos, o que muitas vezes leva a crer num enfrentamento permanente, a autora demonstra como esse tom hostil oculta a cooperação e dependência recíproca entre o poder público e grupos organizados no estado de Pernambuco. Como afirma:

o tom das hostilidades foi elevado durante os oito anos do governo Fernando Henrique e amenizou-se no governo Lula. Ora, essa retórica, ainda que remeta a tensões entre as partes, oculta as relações de estreita cooperação e dependência entre Estado e movimentos. (Sigaud, 2009, p. 67).

Os movimentos, nesse contexto, por meio dos acampamentos, pretendem sinalizar as áreas a serem desapropriadas e as pessoas a serem beneficiadas, dando indicações que viabilizam as ações do poder público, nessa lógica descrita.⁷ Segundo Sigaud:

os movimentos têm fornecido as diretrizes para o Estado”, ou seja, “na ausência de uma política própria para proceder às desapropriações, [o Estado] tem de-

5. Cabe ressaltar que ações nesse sentido mais amplo – voltadas para interação com o poder público, construídas em torno de bandeiras que transcendiam as localidades – já vinham sendo realizadas há várias décadas, como demonstramos anteriormente. Assim, entendemos que no contexto tratado por Ondetti, Wambergue e Afonso houve uma generalização e massificação dessas formas de ação.

6. Miguel Arraes, desde os anos de 1960, foi um forte aliado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), sendo tratado como um ícone pelos cortadores de cana da região.

7. Vale salientar que, de forma geral, nem sempre as áreas demandadas foram desapropriadas, o que demonstra como as análises de Sigaud – centradas no contexto pernambucano, que é marcado pelas lutas em torno de usinas falidas – devem ser relativizadas à luz das especificidades dos outros contextos de enfrentamento pelo Brasil. Assim, essa interdependência discutida tem contornos específicos em cada figuração (Elias; Scotson, 2000) analisada, variando as possibilidades de poder de cada um dos atores envolvidos.

pendido dos movimentos, que lhe indicam, por meio das ocupações e acampamentos, as fazendas a serem objeto de sua intervenção. (Sigaud, 2009, p. 67-68).

Assim, os movimentos constroem a demanda por meio da identidade de *sem-terra* e de suas mobilizações, tornando-se também intermediários dos créditos concedidos pelo Estado, valendo-se do prestígio junto à sua base pelos seus feitos no processo de luta. Nesse sentido, “o capital simbólico e o poder relativo (posição na correlação de forças) dos movimentos são constituídos por aquilo que é reconhecido como seus feitos e suas vitórias: as ocupações e desapropriações” (Sigaud, 2009, p. 70). Contudo, existe também o risco de desconstrução dessa legitimidade, por eventuais dificuldades e derrotas.

Cabe lembrar que em meados da década de 1980 – momento em que as articulações para as ocupações de terra aqui discutidas começaram de forma mais concreta – a reforma agrária aparecia nacionalmente como um objetivo relevante na então chamada Nova República, estimulando mobilizações pela conquista da terra.

Nesse contexto, intensas disputas entre forças progressistas e conservadoras em torno da construção do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ganharam relevância política. Pela forte organização de grupos patronais rurais e agroindustriais, o PNRA não foi aprovado e desenvolvido como planejado inicialmente, não se tornou um instrumento efetivo para a reforma agrária almejada pelas forças políticas progressistas (Ferreira; Alves; Carvalho Filho, 2009).

Segundo esses autores, apesar da ascensão de novas forças políticas, houve proeminência da influência de grupos conservadores sobre a Constituição de 1988, o que significou um retrocesso no que se refere à busca pela reforma agrária.

Apesar de não ter sido realizado efetivamente, o Estatuto da Terra (1964) previa a desapropriação em vista do atendimento da função social da terra. Diferentemente, a Constituição de 1988, ao destacar o critério da improdutividade da terra, suprimiu essa noção e abriu precedente para várias distorções.

Assim, as desapropriações foram legalmente resritas, inclusive pelo fato de a regulamentação sobre os critérios de produtividade ter sido postergada para uma lei complementar (só feita em 1993). Assim, as desapropriações foram inibidas nesse período em vista da falta de objetividade na indicação de quais terras seriam passíveis de desapropriação (Ferreira; Alves; Carvalho Filho, 2009). Além disso, esse período foi marcado pela intensificação da repressão aos movimentos sociais pelas forças do Estado.

A partir de 1993, com a regulamentação, há novo impulso para essas lutas, que se desenvolvem fortemente até o final da década. No entanto, com o

passar do tempo – diante da inércia política referente à necessidade contínua de atualização dos índices de produtividade, fundamentais para a identificação efetiva de terras passíveis de desapropriação – essas mobilizações se depararam com fortes entraves.

Considerações finais

O conjunto dessas relações, nas quais as ocupações têm caráter central, se estruturava em torno da criação, pelas ações de mediação (Neves, 2008), de canais de comunicação entre identidades emergentes (Oliveira, 1976) e o jogo de poder no espaço público.

Assim, pode-se compreender parte relevante desse processo, pois as relações de interdependência (Elias; Scotson, 2000) entre trabalhadores rurais mobilizados, movimentos e poder público, que têm as ocupações como eixo central, apresentam-se como espaço de comunicação entre sociedade civil e política (Cohen; Arato, 2000). A “forma acampamento” (Sigaud, 2000), aparentemente um conflito de caráter local, se configurou como espaço crucial de formação de identidades e criação de canais de pressão sobre as decisões do Estado, direcionando parte das políticas públicas.

Cabe salientar, como vários dos trabalhos discutidos demonstram, que essas ações de mediação em discussão se deram em contextos nos quais outras mediações estavam em curso, cuja compreensão e interação por parte dos atores envolvidos foi fundamental para o início e continuidade no processo de mobilização. Assim, o diálogo das novas utopias propostas com os trabalhos já realizados em cada contexto, como, por exemplo, a tradicional organização sindical em Pernambuco, foi ponto de partida, sem o qual dificilmente se estabeleceriam relações de confiança e projetos em comum.

Também se percebe, por um lado, a importância da formação de identidades nas mobilizações para a realização dessas interações com outros atores na sociedade civil e política e, por outro lado, o quanto o apoio desses atores relativamente externos foi fundamental para que as ações locais ganhassem sentido e viabilidade.

A capacidade de mediar a construção dessas relações, assim, foi fundamental para a legitimação da liderança política. Nesse sentido, as ações de mediação caminharam no sentido da delimitação de adversários e do estabelecimento de crenças na força das ações coletivas diante das formas de poder antes tidas como intransponíveis pela maior parte dos trabalhadores rurais envolvidos.

Essa força, em grande medida, foi proveniente do direcionamento de esforços em torno de uma

causa, que transcendia o conflito local e ligava os trabalhadores mobilizados a outros grupos, utopias e instâncias do poder. Assim, a base de trabalhadores, os movimentos e o poder público se alimentaram

mutuamente nessas relações e só podem ser compreendidos em relação, ou seja, pela sua posição no conjunto de papéis inter-relacionados.

Referências

- BERGAMASCO, Sônia M. P. P.; NORDER, Luiz A. C. Assentamentos e assentados no estado de São Paulo: os debates e as categorias inerentes à constituição dos programas de reforma agrária. In: NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- COHEN, J.; ARATO, A. Los movimientos sociales y la sociedad civil. In: *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de La cultura, 2000.
- CORONEL, Daniel A.; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. Os movimentos sociais do campo no Rio Grande do Sul e a reforma agrária: do Master ao MST. *Perspectivas Contemporâneas*, v. 4, n. 2, ago.-dez. 2009.
- COSTA, Hélio da. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. *Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. J. de; Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise – 17*. Brasília, DF: Ipea, 2009. (v. 2).
- FERREIRA NETO, José Ambrósio; DOULA, Sheila Maria. *Assentamentos rurais: organização, mobilização e imaginário social*. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2003.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- LERRER, Débora Franco. *Trajetórias de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. 2008, 197 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- MARTINS, José de Sousa. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Ed. USP, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. In: MORAES, João Q.; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007. (v. 4).
- NEVES, D. P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- ONDETTI, Gabriel; WAMBERGUE, Emanuel; AFONSO, José B. G. De posseiros a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. 2010.
- PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. (Coleção História Social do Campesinato, v. 1).
- POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, M. (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- ROSA, Marcelo. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. (Coleção História Social do Campesinato, v. 2).
- SIGAUD, L.; ROSA, M; MACEDO, M. E. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 107-142, 2008.
- SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*. v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.
- SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, n. 58, p. 73-92, 2000.

SIGAUD, Lygia. A engrenagem das ocupações de terra. *camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. (Coleção História Social do Campesinato, v. 2).
In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde S. de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas*

Movements, mediations and State: Notes on the struggle for land in Brazil in the second half of the twentieth century

Abstract

The aim of this paper is to analyze the process of struggle for land in Brazil, especially in relation to the establishment of interdependence relations between rural workers, social movements and State in the second half of the twentieth century, a context which land occupations become key-points in activism for agrarian reform, creating space for dialogue with the government. Thus, the base workers, movements and government have fed each other and these relationships can only be understood in relation, ie, by its position in the set of inter-related roles that conformed to the struggle for land in various regions of Brazil.

Keywords: social movements, rural workers state, agrarian reform, political mediations.

Movimientos, mediaciones y Estado: Notas sobre la lucha por la tierra en Brasil en la segunda mitad del siglo XX

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar el proceso de lucha por la tierra en Brasil, sobre todo en relación con el establecimiento de las relaciones de interdependencia entre los trabajadores rurales, los activistas de los movimientos sociales y el Estado, en la segunda mitad del siglo XX, el contexto en que las ocupaciones de tierras se convirtieron en elementos centrales en la promoción de la reforma agraria, por la creación de espacios para el diálogo con el gobierno. Por lo tanto, la base de trabajadores, los movimientos y el poder público se alimentaron mutuamente y en esas relaciones y sólo pueden ser entendidos en relación, o sea, por su posición en el conjunto de papeles interrelacionados que conformó el proceso de lucha por la tierra en varias regiones del Brasil.

Palabras clave: movimientos sociales, trabajadores rurales, gobierno, reforma agraria, mediaciones políticas.

Data de recebimento do artigo: 16/07/2013

Data de aprovação do artigo: 11/12/2016